

RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.772 - SC (2019/0188714-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : GIOVANA MICHELIN LETTI E OUTRO(S) - SC021422A
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419
RACHEL ZANONA BRASIL - SC024394
RECORRIDO : HERMY CORREA NASPOLINI
ADVOGADOS : CLÓVIS TADEU KAULING - SC003396
MAYKON FELIPE DE MELO E OUTRO(S) - SC020373
ANA CAROLINA COLLE KAULING - SC020270

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, CUMULADA COM COBRANÇA. CDC. INAPLICABILIDADE. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

1. Ação revisional de benefício previdenciário, cumulada com cobrança
2. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas (Súmula 563/STJ).
3. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: revisional de benefício previdenciário, cumulada com cobrança, ajuizada por HERMY CORREA NASPOLINI, em face da recorrente, tendo em vista a redução do valor do benefício complementar em razão do reajuste do benefício concedido pelo INSS.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido, para vedar a redução do valor do benefício de complementação de aposentadoria, e reconheceu a prescrição quinquenal da pretensão do recorrido.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente.

Embargos de declaração: interpostos pela recorrente, foram

acolhidos, para determinar que a verba honorária incida apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença.

Recurso especial: alega violação dos arts. 369, 370 e 373 do CPC/15; 3º, parágrafo único, e 6º da LC 108/01; 1º, 18, *caput* e § 3º, 19 e 75 da LC 109/2001; e 3º do CDC; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a necessidade de produção de prova pericial atuarial. Afirma que é ilegal o reajuste do benefício previdenciário complementar de forma diversa daquela contratualmente estipulada. Aduz a ausência de fonte de custeio. Assevera que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica a relações envolvendo entidades de previdência complementar fechadas.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/2015

- *Da inaplicabilidade do CDC às entidades fechadas de previdência complementar*

O TJ/SC, ao decidir pela aplicabilidade do CDC à hipótese dos autos, contrariou o entendimento do STJ, consolidado com a edição da Súmula 563/STJ, no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

O acórdão recorrido, portanto, merece reforma, e fica prejudicado o exame das demais questões aventadas.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para afastar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e determinar que o Tribunal de origem prossiga no julgamento da apelação, à luz do entendimento do STJ sobre a matéria, na esteira

do devido processo legal.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora